

30 ABR 1981

Economia - Brasil

Os conflitos e a multiplicidade de objetivos

O Governo está consciente da gravidade da situação econômica. Nem por isso permitirá que se impeçam seus passos em direção a estruturas políticas democráticas mais estáveis. Em outras palavras, esta a configuração da fala do Presidente Figueiredo ao confrontar, de um lado, regimes politicamente fechados com falsa ou verdadeira prosperidade econômica e sociedades abertas que se defrontam com crises conjunturais econômicas.

O discurso presidencial se encaixa na macrovisão das relações externas e internas da economia brasileira. Açoitado pelos ventos da energia importada cara e pelas taxas de juros dos financiamentos elevados, o Governo se obriga a uma reconversão. Como nesta fase de transição há multiplicidade de objetivos a serem atingidos, eleva-se o potencial de conflito nas negociações entre as partes até que se defina uma nova posição.

Ainda agora, depois de ter sido cercado por declarações sobre as proximidades da crise generalizada, o Ministro do Planejamento, Delfim Netto nega, sem ter aversão ao tema. Segundo ele, os parâmetros dos que examinam o momento como de crise não têm correspondência na realidade. Sabatinado em praticamente todos os pontos, manifesta o Ministro do Planejamento o que considera o centro de todo o debate que se pretende levantar. Para ele, "todo mundo" está de acordo quanto à necessidade de rever e ajustar a economia brasileira. Mas todos reclamam da parte que lhe está cabendo. Quem tem mais condições de falar mais alto termina teatralizando seu comportamento e aparece no cenário geral como estando sofrendo mais.

Delfim desconfia dos que afirmam que está havendo uma redução na demanda real geral. Não aceita a declaração de que está havendo uma queda acelerada nos níveis de emprego. Contesta aos que afirmam que o Governo reduziu seus investimentos. Responde aos que falam na estatização da poupança e descarta como impreciso o raciocínio conclusivo de que o país esteja à beira da recessão.

De acordo com o Ministro do Planejamento, a redução que está ocorrendo na demanda real é somente na parte que se lastreia nos juros. O que em parte é verdade. Mas acontece que muitas áreas de demanda afetada deverão gerar seqüelas em outras interdependentes e de demanda derivada. A crise no mercado de automóveis, por exemplo, contamina múltiplos e diversificados setores. Se forem tocados todos os carros-chefes da economia pelo processo contencionista, toda a composição dependente será também e mais do que proporcionalmente tocada.

Quando Delfim aborda o problema do desemprego como um fenômeno de pequenas flutuações, ele está apenas verificando as condições relativas. E não a dimensão absoluta da questão. As estatísticas disponíveis (que, porém são insuficientes) precisam que o desemprego está em torno de 8%, com um crescimento relativo de meio ponto percentual de j percentual está associado. Ou seja, o total de assalariados expulsos ou excluídos do mercado. E, ainda, se o grau de tensão anteriormente existente não é alargado demasiadamente com essa pequena variação percentual.

Na parte de investimentos governamentais, os números estão com o Ministro Delfim. Efetivamente o Governo não reduziu seus investimentos. Mas também não aumentou. Como grande parte da economia brasileira se movimenta na direção e em função das encomendas de Governo, a manutenção do mesmo nível de atividade significa a (ainda que seja baixo o crescimento da economia) que alguém se atrasou.

Mas é na questão da poupança que está centralizado o ponto férreo da desaceleração. Quando o Governo estimula a poupança, canaliza o produto arrecadado para suas prioridades eleitas. Não esteriliza, é verdade, mas reduz impulsos possíveis de consumos não desejados. Além do mais a explicação convence. A poupança interna tem que aumentar para equilibrar-se com o nível de investimentos. Esta, uma das fórmulas para reduzir as pressões inflacionárias. Que, aliás, está incluída na multiplicidade de objetivos econômicos. Aos quais se agregam o déficit em conta corrente e a dependência energética.

A arguição ministerial assume, pois, a postura de explicação e justificativa. Não quer dizer, necessariamente, que se anulem os argumentos críticos. Mas não deixa de se exigir uma espécie de reexame segundo o qual o que está sendo feito é, social e politicamente, o que é possível ser feito.

O que espanta em toda a análise verificada não é o debate. Nem a polêmica. Nem mesmo os argumentos e contra-argumentos levantados. Tudo isso, pela expressão das forças sociais faz parte do processo de ajustamento. Espantoso é verificar que, enquanto se discute, a economia privada se deixa levar pelo equívoco de não acelerar sua reconversão. Isso, em termos práticos, pode ser fatal. Porque as restrições se refletem internamente mas elas são externamente determinadas. Esperar uma melhoria sem ajustar-se é, mais uma vez, ignorar a realidade.